



Boletim informativo n. 27 – Maio de 2020

Covid-19: respostas da OCDE

Desde nosso último boletim, a OCDE publicou vários novos estudos (*policy briefs*) no seu [hub Tackling covid-19. Contributing to a Global effort](#), dedicado a tratar *das implicações da pandemia em diferentes áreas de competência da organização*. Até o momento, somando esses novos estudos, a OCDE já publicou 87 *policy briefs* relacionados à COVID-19. Os novos estudos, listados a seguir, tratam agora de praticamente todos os setores de políticas públicas acompanhados pela OCDE:

- *Public employment services in the frontline for jobseekers, workers and employers*
- *Investment promotion agencies in the time of covid-19*
- *Corporate sector vulnerabilities during the covid-19 outbreak: assessment and policy responses*
- *Policy responses to covid-19 in the seed sector*
- *Insurance coverage and covid-19*
- *A systemic resilience approach to dealing with covid-19 and future shocks*
- *Equity injections and unforeseen state ownership of enterprises during the covid-19 crisis*
- *Covid-19 and the food and agriculture sector: issues and policy responses*
- *OECD competition policy: responses to covid-19*
- *Covid-19 pandemic : priorities for financial markets*
- *OECD investment policy responses to covid -19*
- *covid-19 and responsible business conduct*
- *The initial impact of contain measures on economic activity*
- *covid-19 and beyond: how can Africa's health systems cope?*
- *Testing for covid: a way to life confinement restrictions*
- *Tracking and tracing covid: protecting privacy and data while using apps and biometrics*
- *More than one-third of West Africans have no handwashing facility at home*
- *Covid-19, crises and fragility*
- *Developing countries and development co-operation: what is at stake?*
- *Covid-19 in emerging Asia: regional socio-economic implications and policy priorities*
- *The covid-19 crisis: income support to informal workers*
- *The fast changing geography of covid: the poorest countries will be next and the world needs a tried and tested response protocol now*
- *When covid comes to Africa*
- *Latin America and the Caribbean in the time of covid-19: preventing the vulnerable from*

falling behind

- *Covid-19 crisis response in ASEAN Member States*
- *Covid-19 in Latin America and the Caribbean: regional socio-economic implications and policy priorities*
- *Covid-19 in Latin America and the Caribbean: an overview of government responses to the crisis*
- *Covid-19 response in MENA countries*
- *Covid-19 response in EU eastern partner countries*
- *Covid-19 crisis in Central Asia*
- *Covid-19 crisis response in South East European Economies*
- *Joint statement by the OECD Development Assistance Committee (DAC)*
- *Combating the covid-19's effect on children*
- *Social partnership in the times of covid-19*
- *Protecting people and societies*
- *Providing science advice to policy makers during covid-19*
- *Protecting online consumers during the Covid-19 crisis*
- *Keeping the internet up and running in times of crisis*
- *Using artificial intelligence to help combat covid-19*
- *Why open science is critical to combatting covid-19*
- *Ensuring data privacy as we battle covid-19*
- *Dealing with digital security risk during covid-19*
- *Foreign direct investment flows in the time of covid-19*
- *Covid-19 and fiscal relations across levels of government*
- *Supporting the financial resilience of citizens*
- *Tax and fiscal policy: strengthening confidence and resilience*
- *Financial Consumer Protection. Responses to covid-19 (atualização)*
- *Building foundations for resilient vocational education and training systems*
- *Coronavirus special edition: back to school*
- *Coronavirus school closures: what do they mean for student equity and inclusion?*
- *Public servants and the coronavirus (covid-19) pandemic: emerging responses and initial recommendations*
- *Regulatory quality and covid-19: managing the risks and supporting the recovery*
- *Public integrity for an effective covid-19 response and recovery*
- *Trade interdependencies in covid-19 goods*
- *The face mask global value chain in the covid-19 outbreak: evidence and policy lessons*
- *Trade facilitation and the covid-19 pandemic*
- *How can fashion brands mitigate the negative impacts of the covid-19 pandemic on garment workers?*
- *Government support and the covid-19 pandemic*
- *Covid-19 and international trade: issues and actions*
- *From pandemic to recovery: local employment and economic policy responses*
- *Covid-19: consequences for international migration and development*

Além dos policy-briefs, no mês de abril, foram organizados vários webinars para intercâmbio de experiências na gestão da crise. Praticamente todos os Comitês e grupos de trabalho que se reuniram virtualmente no período dedicaram espaço para discussão do tema, inclusive a fim de definir eventuais ajustes nos respectivos programas de trabalho, de modo a adaptá-los às novas circunstâncias. De maneira geral, as discussões tem se articulado em torno de dois grandes eixos:

mapeamento e análise, com base nas evidências coletadas, dos impactos da crise e das respostas adotadas pelos países membros e parceiros, incluindo o Brasil, e reflexão sobre as medidas que serão necessárias para facilitar a recuperação e a sustentabilidade da economia.

Ministro Braga Netto e SG Gurría discutem cooperação no contexto da pandemia COVID-19



Foto: Eduardo Menezes/ASCOM/SEGOV-PR

O Brasil tem acompanhado de perto os trabalhos da OCDE sobre a COVID-19 e participado ativamente do intercâmbio entre os membros e parceiros estratégicos da OCDE sobre as medidas adotadas no contexto da crise sanitária e suas consequências. A fim de reforçar essa parceria, o Ministro-Chefe da Casa Civil, General Walter Braga Netto, reuniu-se, no último dia 17 de abril, por videoconferência, com o Secretário-Geral da OCDE, Angel Gurría, para discutir como o Brasil e a OCDE podem aprofundar a cooperação para o

enfrentamento dos impactos da crise causada pela pandemia. O foco inicial dessa primeira rodada de discussão foram as áreas de saúde e trabalho. Participaram do grupo de discussão pelo lado brasileiro, além da Casa Civil, representantes dos Ministérios da Saúde, Economia e Relações Exteriores. Pela OCDE, o SG esteve acompanhado de sua chefe de Gabinete e Sherpa do G-20, Gabriela Ramos, do Diretor de Relações Globais, Andreas Schaal, e sua equipe, bem como pelo Diretor de Trabalho, Emprego e Temas Sociais da OCDE, Stefano Scarpetta, que apresentou os estudos e análises produzidos pela Organização até o momento sobre os temas em questão, com vistas a apoiar os países na superação da crise. A próxima rodada de discussões deverá abordar a situação das Pequenas e Médias Empresas.

COVID-19 e Países em Desenvolvimento

O impacto da pandemia sobre os países em desenvolvimento também tem sido alvo de preocupação da OCDE. Além das discussões no Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC), que reúne no âmbito da OCDE os principais países fornecedores de cooperação internacional, o tema passou a figurar dentre as prioridades do Centro de Desenvolvimento (DEV) da OCDE, do qual participam países não membros da OCDE, incluindo o Brasil.

Em reunião realizada nos dias 20 e 27 de abril, o “Governing Board” do DEV ressaltou a necessidade de redirecionar as atividades do Centro para apoiar os países em desenvolvimento nos esforços de superação da crise decorrente da pandemia. Também foi destacada a importância de que o secretariado trabalhe em estreita articulação com as demais áreas da OCDE que estão lidando com a questão da COVID-19, a fim de garantir que a perspectiva dos países em desenvolvimento seja levada em consideração nas discussões sobre a estratégia pós-COVID-19. Segundo as análises efetuadas pelo secretariado do DEV, incluídas na listagem acima, a crise sanitária deve afetar mais duramente os países em desenvolvimento, agravando as deficiências estruturais comuns à maioria desses países. Para além do impacto sobre a situação de saúde pública propriamente dita, os países em desenvolvimento terão dificuldades adicionais associadas às medidas de confinamento, dado o

elevado grau de informalidade na economia e a precariedade da estrutura produtiva. A perspectiva de novas quedas dos preços das commodities, de perturbações nas cadeias globais de valor, retração do turismo internacional, dos fluxos de investimento e da ajuda internacional, e a queda nas remessas de emigrantes, afetados pela redução da atividade nos países desenvolvidos, suscitam desafios particulares..

Ampliação da OCDE

Colômbia se torna o 37º membro da OCDE

A Colômbia depositou, no dia 28 de abril, o instrumentos de ratificação. No processo de acessão, o país passou por vinte e três reviews detalhados nos comitês da organização e promoveu diversas reformas internas para alinhar sua legislação e políticas públicas ao *acquis* da OCDE. Convidada a iniciar o processo de acessão em 2013, o país recebeu o convite formal para entrar na organização em 2018, levando à assinatura do acordo sobre os termos da acessão entre o então Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, e o Secretário-Geral da OCDE, Angel Gurría naquele ano. É o terceiro país da América Latina a aderir à organização, após Chile e México.

Costa Rica: conclusão do processo de acessão

Em abril, foi aprovada, além disso, a conclusão do processo de acessão da Costa Rica pelo Conselho da OCDE. A expectativa é de que o acordo de acessão do país seja assinado em breve, a fim de que a Costa Rica dê início ao processo de ratificação e se torne o 38º membro da organização, aumentando o grupo de países latinoamericanos a fazerem parte da OCDE.

Temas econômicos e financeiros

COVID-19 e Fluxos de Investimento

As avaliações iniciais da OCDE indicam que os fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) devem cair acentuadamente em consequência da pandemia. Mesmo no cenário mais otimista - no qual a economia começa a se recuperar rapidamente no 2º semestre de 2020 - a previsão é de que os fluxos de IED em 2020 deverão cair mais de 30% em relação a 2019. A queda pode ser ainda mais drástica na hipótese de uma segunda onda de contaminação ou no cenário em que as medidas adotadas pelos diferentes países não sejam suficientes para garantir a rápida retomada do crescimento, resultando em recessões prolongadas nas principais economias mundiais, endividamento e falência generalizadas.

Segundo apontado na nota divulgada sobre o tema no último dia 4 de maio, *Foreign Direct Investment Flows in the time of COVID-19*, a redução do IED poderá afetar de forma diferente países e setores da economia, com quedas maiores esperadas nos setores de transporte e armazenamento, manufatura, restauração e hospedagem e no setor primário. Essa queda acentua e acelera o declínio constante dos fluxos de FDI que já era observado antes da pandemia. Além de queda no reinvestimento de lucros, a expectativa é de que os fluxos de capital também diminuam, uma vez que muitos novos investimentos, tanto fusões e aquisições, quanto investimentos *greenfields*, foram suspensos.

Comitê de Mercados Financeiros

Representantes do Banco Central e do BNDES participaram, nos dias 23 a 24 de abril, da reunião

semestral do Comitê de Mercados Financeiros (CMF). Realizado por meio virtual, o encontro discutiu o impacto da pandemia COVID-19 sobre o funcionamento dos mercados financeiros e potenciais pontos de estresse. O Comitê também avançou nas discussões sobre o projeto de recomendação da OCDE sobre *blockchain*, que a organização pretende adotar ainda este ano.

O Comitê discutiu, ainda, o programa de trabalho para o próximo biênio, que deverá incluir, entre outros, continuidade das discussões em curso sobre Fintech, educação financeira e ESG.

Comitê de Indústria, Inovação e Empreendedorismo

No dia 29 de abril, o Brasil participou da reunião virtual do Comitê para Indústria, Inovação e Empreendedorismo (CIIE). Em pauta, o Programa de Trabalho e Orçamento para 2021-22, além de tópicos relacionados aos impactos da pandemia COVID-19 na política industrial dos países. Diversos membros enfatizaram a necessidade de contar com mais dados e análises sobre reestruturação, ou mesmo, renacionalização de cadeias de suprimento, de modo a melhor orientar políticas industriais no pós-crise. Foi dada particular ênfase, nesse contexto, ao papel das pequenas e médias empresas e da inovação para promover resiliência e melhorar a produtividade. Foi discutida, igualmente, a possibilidade de realizar análises setoriais do impacto da crise, começando pelo setor automotivo. A próxima reunião do Comitê está prevista para novembro

Comércio, indústria e agricultura

Comitê de Comércio

Entre os dias 7 a 9 de abril, o Brasil participou da reunião virtual do Comitê de Comércio, que debateu o Programa de Trabalho e Orçamento para 2021-22. Além de incluir no programa os efeitos da pandemia COVID-19 sobre o comércio, os membros acordaram em manter os trabalhos nas seguintes áreas tradicionais: (i) liberalização comercial, (ii) comércio de serviços, (iii) comércio e políticas domésticas, com maior destaque para tópicos sobre a relação de comércio e sustentabilidade, e (iv) créditos à exportação.

Comitê de Agricultura

O Brasil participou de dois eventos virtuais no âmbito do Comitê de Agricultura da OCDE no mês de abril. Em 15 de abril, durante reunião dedicada a tratar dos efeitos da pandemia COVID-19 sobre os alimentos e agricultura, o Secretário Adjunto de Comércio e Relações Internacionais do MAPA enfatizou o papel fundamental do Brasil como fornecedor de alimentos a preços acessíveis e, por conseguinte, sua contribuição para a segurança alimentar durante o período de retração das atividades econômicas. O país também ressaltou a importância para os fluxos comerciais da reversão das medidas de proteção comercial e de apoio doméstico que sejam tomadas durante a crise, e manutenção das medidas que facilitam o acesso a mercados adotadas nesse período, uma vez findos os efeitos da pandemia. Durante os dias 28 a 30 de abril, o Brasil participou da reunião do CoAG, que debateu seu Programa de Trabalho e Orçamento para 2021-22. Com participação ativa do Brasil, os membros definiram atividades para o próximo biênio nas áreas de (i) políticas agrícolas e alimentares, (ii) comércio e desenvolvimento agroalimentar e (iii) sustentabilidade agrícola.

Economia digital

Comitê sobre Políticas em Economia Digital

No dia 23, o Secretário de Telecomunicações do MCTIC chefiou delegação que participou de reunião virtual do Comitê sobre Políticas em Economia Digital. Durante o evento, além do Programa de Trabalho e Orçamento para 2021-22, o Comitê tratou do projeto de recomendação sobre acesso e compartilhamento facilitado de dados (EASD), da revisão da recomendação sobre proteção de crianças *online*, do monitoramento da implementação da recomendação sobre banda larga e do exame da implementação das diretrizes sobre privacidade.

Tributação da Economia Digital

Em [seminário virtual](#) recente, Pascal Saint-Amans, Diretor da Área de Política e Administração Tributária da OCDE, apresentou uma atualização dos planos de trabalho desta área frente aos efeitos da pandemia da COVID-19, ressaltando sua expectativa de que as negociações sobre tributação no meio digital em curso na OCDE viabilizem um entendimento, ainda este ano, sobre os dois eixos em debate (realocação de direitos tributários - Pilar 1 - e tributação mínima - pilar 2). Com o cancelamento, devido à pandemia, da reunião de julho do Quadro Inclusivo sobre BEPS, onde o tema vem sendo discutido, intenção é ter uma definição sobre o tema na reunião do início de outubro. Saint-Amans reconheceu, contudo, que as discussões sobre o Pilar 1, por sua complexidade técnica, podem tomar mais tempo, acrescentando que não ficaria surpreso se o acordo sobre essa parte se desse "em etapas", com alguns elementos ainda a serem discutidos em 2021. A conclusão rápida das negociações teria como objetivo reduzir o risco de conflitos comerciais, ocasionados por multiplicação de impostos digitais unilaterais, e reduzir a pressão sobre as finanças públicas em decorrência da crise, que poderia ser aliviada com regras eficazes de taxaço mínima sobre os lucros de grupos multinacionais.

Temas de Governança

Governança Pública

Realizou-se, em 23 de abril, reunião virtual do Comitê de Governança Pública, que contou com a participação de representantes da Casa Civil, Ministério da Economia e Itamaraty. Um dos principais itens da agenda foi uma mesa-redonda para debater as principais respostas dos países para coordenar internamente as diferentes iniciativas governamentais de combate à atual pandemia Covid-19. Em sua intervenção, o secretário especial de relacionamento externo da Casa Civil destacou a criação de um centro de gestão de crise naquele ministério para articular as medidas e os programas adotados por diferentes órgãos públicos. Ressaltou ainda o início do "peer review" de centro de governo do Brasil, que ajudará a estruturar e a dar organicidade à coordenação de políticas públicas no país com um centro de governança no âmbito do governo federal.

O Comitê também debateu sobre duas novas recomendações que deverão, ainda neste ano, ser submetidas à aprovação do Conselho da OCDE. Uma delas trata de princípios gerais sobre acesso e compartilhamento facilitado de dados (EASD, na sigla em inglês), tema que tem ganhado evidência na agenda internacional sobre economia digital. A outra aborda a questão da governança da infraestrutura, buscando auxiliar os governos a desenvolverem projetos de infraestrutura que sejam

financeiramente sustentáveis, atraentes e confiáveis do ponto de vista dos investidores, cidadãos e demais partes interessadas.

Meio ambiente

Comitê de Política Ambiental

O Brasil participou, entre 28 e 30 de abril, da reunião virtual do Comitê de Política Ambiental (EPOC), que discutiu, principalmente, o programa de trabalho e orçamento da referida instância para o biênio 2021-2022. Ademais, os delegados compartilharam impressões sobre os impactos da pandemia COVID-19 sobre a agenda ambiental internacional, chamando atenção para a necessidade de que a resposta aos desafios sociais e econômicos gerados pela pandemia tenha também uma dimensão ambiental. Enfatizaram, nesse sentido, a necessidade de que os planos nacionais de recuperação econômica privilegiem a sustentabilidade e sejam compatíveis com os compromissos ambientais consubstanciados, entre outros, no Acordo de Paris e na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Foi discutida, ainda, a possibilidade de realização de Reunião de Ministros do Meio Ambiente da OCDE ao longo do próximo biênio, em data a ser definida na próxima reunião do EPOC, agendada para fevereiro de 2021.

Educação

Comitê de Política Educacional

Em 23 de abril, o Brasil participou da reunião virtual do Comitê de Política Educacional (EDPC), dedicada à discussão do programa de trabalho e orçamento do Comitê para o biênio 2021-2022. De acordo com as prioridades manifestadas pelos membros, os temas que deverão ter maior destaque nos trabalhos a serem desenvolvidos pelo EDPC nos próximos dois anos serão (i) o projeto “Education 2030” (que busca analisar que habilidades serão imprescindíveis para que os alunos de hoje tenham maior inserção no mercado de trabalho, atendendo às suas demandas, ao longo da próxima década), (ii) educação superior e (iii) primeira infância no mundo digital. Análise sobre os desafios impostos pela COVID-19 aos sistemas educacionais dos países deverá perpassar todos os trabalhos do EDPC. A próxima reunião do EDPC deverá acontecer em novembro de 2020.

Desenvolvimento regional

Comitê de Políticas de Desenvolvimento Regional

O Brasil participou, de 20 a 22 de abril, das reuniões virtuais do Comitê de Políticas de Desenvolvimento Regional e dos Grupos de Trabalho a ele vinculados, que possuem como temática central políticas urbanas, políticas rurais e produção de indicadores territoriais. Além de discutir o programa de trabalho e orçamento 2021-2022 e a renovação dos mandatos do Comitê e de seus Grupos de Trabalho, os participantes tiveram a oportunidade de trocar experiências sobre respostas implementadas em seus países para superar os desafios econômicos e sociais da COVID-19, ressaltando a necessidade de abordagem regional e local, tendo em vista que os impactos da crise são assimétricos do ponto de vista territorial. Os países da OCDE também destacaram a importância de coordenação, no nível nacional, das medidas implementadas localmente, de modo a garantir sua

maior eficácia, independentemente dos diferentes graus de centralização ou descentralização dos respectivos governos. O RDPC e seus GTs deverão reunir-se novamente na semana de 2 a 6 de novembro de 2020.

Energia

Impacto da Covid-19 sobre mercado mundial de energia

A Agência Internacional de Energia (AIE) divulgou, no último dia 30 de abril, o “Global Energy Review 2020”, com foco nos impactos da pandemia COVID-19 sobre o setor de energia. Além de avançar alguns cenários para o setor de energia em 2020 à luz da evolução da crise, o relatório contém dados atualizados sobre os desdobramentos da crise sobre os setores de petróleo, gás, carvão, nuclear e renováveis. O relatório confirma cenário de queda da demanda global de energia no contexto da crise sanitária atual, com redução de 3.8% da demanda no primeiro trimestre de 2020, comparado a igual período em 2019. Em que pese a expectativa de uma recuperação gradual com a saída do confinamento na maioria dos países, a AIE trabalha com um cenário de retração de até 6% da demanda em 2020. Caso esse cenário se confirme, esse seria a maior retração da demanda de energia no mundo em 70 anos, com potenciais riscos para a indústria como um todo.

O relatório aponta, ainda, forte redução dos níveis de emissão de CO₂ (5% de redução comparado ao primeiro trimestre de 2019), atribuída principalmente à diminuição do uso de carvão, com destaque para o fato de que fontes de energia de baixo teor de carbono passaram a dominar o mix de energia. Não há como saber, no entanto, se essa tendência se confirmará ao longo do ano. A exemplo do ocorrido em crises passadas, a perspectiva é de que na retomada haja recrudescimento da emissão de CO₂, que no total de 2020 poderia inclusive cair mais do que 8%.

Em linha com acordo firmado entre o governo brasileiro e a AIE, o acesso gratuito à íntegra do relatório está autorizado aos órgãos públicos federais. Caso haja interesse, pede-se entrar em contato com DELBRASPAR ou com a Divisão de Energia do MRE.

Covid-19 e mercado mundial de petróleo

A edição de abril do relatório *Oil Market Report*, da Agência Internacional de Energia (AIE), divulgado no dia 15, fez uma análise preliminar do impacto causado pela Covid-19 no mercado mundial de petróleo. Como de costume, o relatório faz avaliação segmentada sobre produção, consumo, estoques, refino e preços de óleo bruto e derivados de petróleo. Embora reconheça que ainda há muita incerteza pairando no momento sobre o impacto da pandemia no setor, o estudo traz um cenário desolador e inaudito para o mercado. O prognóstico geral da AIE é de que a recuperação da indústria e dos preços internacionais será gradual, estando a concretização desse cenário atrelada à duração das medidas de confinamento nos diferentes países, que têm afetado fortemente a demanda, e ao resultado das medidas de redução da oferta anunciadas pelos países produtores no início de abril.

As principais conclusões do relatório encontram-se disponíveis na [página da AIE](#). Assim como no caso do Global Energy Review, o Oil Market Report está aberto a órgãos públicos federais brasileiros mediante demanda específica.

Energia limpa e recuperação econômica pós-pandemia

A AIE co-organizou com a Dinamarca, em 24 de abril, mesa-redonda de alto nível para discutir como promover investimentos em energia limpa em seus programas de recuperação econômica no pós-pandemia. O evento virtual contou com a participação da vice-secretária-geral da ONU, Amina Mohammed, do comissário europeu para Energia, Franz Timmermans, e de ministros da energia de vários países, dentre eles França, Índia, Canadá, Alemanha, Indonésia e Reino Unido, além de representantes do setor privado.

De modo geral, os participantes reiteraram seu compromisso em manter os investimentos em energia limpa e no processo de transição energética. Houve consenso, ademais, que a modernização do setor energético poderia ser um dos principais vetores da criação de novos empregos no processo de retomada, com destaque para as áreas de eficiência energética, energias renováveis e armazenamento de energia em baterias. Para o Diretor executivo da Agência Internacional de Energia, Fatih Birol, trata-se de momento oportuno para se fazer avançar a agenda de transição energética e assegurar que a retomada econômica mundial não implique em crescimento das emissões de gás de efeito estufa, como aconteceu no período após a crise econômica de 2008.

Outras organizações internacionais econômicas

Iniciativa do Clube de Paris e G20 sobre Suspensão de Pagamentos do Serviço da Dívida dos Países mais Pobres (DSSI)

Atendendo a chamado da Gerente-Geral do FMI e do Presidente do Banco Mundial, os países do Clube de Paris e do G20 acordaram uma iniciativa de suspensão temporária de pagamentos do serviço da dívida dos países mais pobres. Pela iniciativa, países elegíveis para empréstimos da Agência Internacional de Desenvolvimento, do Grupo Banco Mundial, ou que sejam considerados pela ONU de menor desenvolvimento relativo, poderão suspender os pagamentos relativos a dívidas soberanas oficiais bilaterais (dívidas garantidas por um Estado devidas a outro Estado) até o final de 2020. O pagamento se fará em três anos, após um ano de graça. Os recursos assim tornados disponíveis terão que ser aplicados em medidas de combate à pandemia COVID-19 e suas consequências. O Acordo reuniu pela primeira vez os credores do Clube de Paris a credores “emergentes”, responsáveis por parte crescente da dívida oficial.

Adiamento da EXPO Dubai 2020

Em razão da pandemia COVID-19, a Assembleia Geral do Bureau Internacional de Exposições (BIE) decidiu adiar por um ano a Expo Dubai 2020. Inicialmente prevista para começar em outubro próximo, a Exposição, que terá por tema “Conectando mentes, criando o futuro”, deverá realizar-se no período de 1 de outubro de 2021 a 31 de março de 2022.

Reuniões virtuais em maio

4	Corporate Governance Committee
6	Working Party on Biodiversity, Water and Ecosystems
6	Education Policy Committee
6	Informal OECD Health Committee Seminar – Managing Covid-19 after the lockdown
6	76 th session of the LEED Directing Committee
7	Expert Group on Pharmaceuticals and Medical Devices
12	Health Committee – Working Party on Health Care Quality and Outcomes
12 a 14	Working Party No. 9 on Consumption Taxes
13	4 th meeting of the Working Party for the OECD Patient Reported Indicator Survey (PaRIS)
13	ENV Green Talks Live: Financing Water Supply, Sanitation and Food Protection
14	102 nd session of the Centre for Educational Research and Innovation Governing Board (CERI)
15	Joint Working Party on Agriculture and Trade
18	Working Group on Open Government
18 a 19	Working Party on Short-Term Economic Prospects
19	G20/OECD Task Force on the Codes of Liberalisation
19	Global Forum on Responsible Business Conduct
22	Economic Policy Committee
25	Working Party of Senior Public Integrity Officials
26	Joint Meeting WP1/WP6
26 a 27	Working Party on Agricultural Policies and Markets



@CarlosCozendey

**Delegado do Brasil junto a Organizações
Econômicas Internacionais em Paris**

Ambassade du Brésil à Paris
34 Cours Albert 1^{er} 75008 Paris, France

+33 01 45 61 63 00

delparis@itamaraty.gov.br